

Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ 03.572.412/0001-94
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ("Companhia"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou Lucro Líquido do Exercício de R\$ 6.710 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 99.102 mil e Ativos Totais de R\$ 101.123 mil. A Assembleia Geral deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será

revida para preservação e manutenção do capital social. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.

Colocamos-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 31 de janeiro de 2018.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE		DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		
	2017	2016		
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
CIRCULANTE	101.123	93.462	CIRCULANTE	2.021
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	37.893	35.836	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 13d)	1.885
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 7)	63.240	57.625	Dividendos a Pagar (Notas 8c e 12a)	64
Outros Créditos	-	1	Outras Obrigações	72
NÃO CIRCULANTE	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	99.102
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	-	-	Capital Social:	
Empréstimos e Recebíveis (Nota 6a)	32.082	32.203	- De Domiciliados no País (Nota 8a)	46.550
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 6a)	(32.082)	(32.203)	Reservas de Lucros (Nota 8b)	52.552
TOTAL	101.123	93.462	TOTAL	101.123

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais		DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais					
	Exercícios findos em 31 de dezembro		Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Estatutária	Lucros Acumulados	Totais
	2017	2016					
RECEITAS OPERACIONAIS	1.620	496	Eventos				
Resultado de Créditos Recebíveis (Nota 6b)	1.619	495	Saldos em 31.12.2015	42.000	2.517	40.322	-
Outras Receitas Operacionais	1	1	Aumento de Capital com Reservas (Nota 8a)	430	-	(430)	-
DESPESAS OPERACIONAIS	704	799	Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	7.690
Despesas Tributárias (Nota 10)	496	572	Destinações - Reservas:	-	385	7.232	(7.617)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 11)	208	227	- Dividendos Propostos (R\$ 0,47 por lote de mil ações)	-	-	-	(73)
RESULTADOS FINANCEIROS	9.127	11.823	Saldos em 31.12.2016	42.430	2.902	47.124	-
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 9)	9.127	11.823	Aumento de Capital com Reservas (Nota 8a)	4.120	-	(4.120)	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	10.043	11.520	Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	6.710
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 13a)	(3.333)	(3.830)	Destinações - Reservas:	-	335	6.311	(6.646)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	6.710	7.690	- Dividendos Propostos (R\$ 1,97 por lote de mil ações)	-	-	-	(64)
Número de ações	37.083.738	37.083.738	Saldos em 31.12.2017	46.550	3.237	49.315	-
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R\$	180,93	207,38					

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	10.043	11.520	
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(110)	(45)	
Juros, Variações Monetárias Líquidas	1	9	
Reversão de Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa	(121)	(48)	
Perdas de Créditos Recebíveis	11	4	
Lucro Líquido Ajustado	9.933	11.475	
Redução em Empréstimos e Recebíveis	-	51.680	
(Aumento) em Títulos para Negociação	(5.615)	(57.625)	
Redução em Outros Créditos	1	2.604	
Redução de Créditos Recebíveis	110	45	
Aumento em Outras Obrigações	1	9	
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos e Compensados	(2.310)	(5.709)	
Caixa Líquido Proveniente(Utilizado) das Atividades Operacionais	2.120	2.479	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos Pagos	(73)	(17)	
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(73)	(17)	
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.047	2.462	
Início do Exercício	35.836	33.374	
Fim do Exercício	37.883	35.836	
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.047	2.462	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016	
Lucro Líquido do Exercício	6.710	7.690	
Outros Componentes do Resultado Abrangente	-	-	
Total do Resultado Abrangente do Exercício	6.710	7.690	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros é uma Companhia que tem por objetivo exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimos, de financiamentos e de arrendamento mercantil contratadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil e companhias hipotecárias. A Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.
A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 31 de janeiro de 2018.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2017. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis
As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

2.2) Moeda funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente convertíveis em dinheiro.

2.4) Ativos financeiros
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria: para negociação, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Empréstimos e recebíveis
Créditos recebíveis
Os créditos recebíveis, oriundos de operações de securitização, são inicialmente registrados ao seu custo de aquisição, sendo mantidos sem qualquer atualização. Por ocasião do recebimento de qualquer parcela dos créditos adquiridos, esta é deduzida do custo de aquisição até o limite do mesmo e o eventual valor excedente é reconhecido como resultado de créditos recebíveis na conta "Rendas de Créditos Recebíveis".

b) Ativos financeiros para negociação
Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo no resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

2.5) Determinação do valor justo
O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.
As aplicações em fundos de investimentos financeiros são avaliadas com base no valor da carta divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.6) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros (impairment)
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.
A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.
Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.7) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.8) Patrimônio líquido
a) Lucro por ação
A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.9) Reconhecimento da receita
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

a) Rendas de créditos recebíveis
As receitas de créditos recebíveis são reconhecidas no resultado pelos recebimentos de valores de operações de créditos recebíveis oriundas de Instituições Financeiras.

b) Receitas financeiras
As receitas financeiras abrangem receitas sobre fundos financeiros de investimento e certificado de depósito bancário, as receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.10) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.
A despesa com imposto de renda corrente é calculada pela soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e do imposto diferido proveniente dos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.
Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

2.11) Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata dia*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata dia*).

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS
A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Valor justo de ativos e passivos financeiros
A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1
Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2
Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3
Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS
As Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.
Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda de valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.
As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possam risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, está incluída na Nota 6.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Disponibilidades em moeda nacional (1)	16	6
Fundos de investimentos financeiros (2)	37.867	35.830
Total de caixa e equivalentes de caixa	37.883	35.836

(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e
(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, (composto por Letras Financeiras do Tesouro e Operações Compromissadas), exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou companhias a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

6) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS
a) Composição dos empréstimos e recebíveis

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Empréstimos e recebíveis (1)	32.082	32.203
Provisão para perda do valor recuperável (1)	(32.082)	(32.203)
Total	-	-

(1) A carteira de créditos e recebíveis é composta substancialmente por créditos vencidos há mais de 360 dias, as quais as perspectivas de realização são remotas e foram efetuadas as provisões consideradas suficientes para fazer face as perdas.

b) Resultado de créditos recebíveis

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Recuperação de créditos recebíveis	1.509	445
Reversão de provisão de créditos de liquidação duvidosa	121	55
Perdas de créditos recebíveis	(111)	(5)
Total	1.619	495

7) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Certificado de Depósito Bancários - CDB	63.240	57.625
Total	63.240	57.625

(1) Refere-se a Certificado de Depósito Bancário, emitidas pelo Banco Bradesco S.A., a taxa de 98% do DI, com vencimento em 11/12/2018.

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Composição do capital social em ações
O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Ordinárias	37.083.738	37.083.738
Total	37.083.738	37.083.738

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada cumulativamente em 26 de abril de 2017, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 4.120, elevando-o de R\$ 42.430 para R\$ 46.550, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Reserva Estatutária", de acordo com o disposto do Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76. Em consequência, as redações do "caput" dos Artigos 3º e 6º do Estatuto Social.

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada cumulativamente em 25 de abril de 2016, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 430, elevando-o de R\$ 42.430 para R\$ 42.430, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Reserva Estatutária", de acordo com o disposto do Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76. Em consequência, as redações do "caput" dos Artigos 3º e 6º do Estatuto Social.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Reservas de lucros	52.552	50.026
- Reserva legal (1)	3.237	2.902
- Reserva estatutária (2)	49.315	47.124

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos conforme artigo 199.

c) Dividendos
Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária, a Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.
Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2017 e 2016 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro		% (1)	
	2017	2016		
Lucro líquido do exercício	6.710	7.690		
Reserva legal	(335)	(385)		
Base de cálculo	6.375	7.305		
Dividendos mínimos obrigatórios	64	73	1,0	1,0

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

9) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Rendimento de aplicações em operações compromissadas	-	6.997
Rendimento de aplicações em fundos de investimentos financeiros	3.512	4.596
Rendimento de aplicações em CDB	5.615	229
Juros ativos líquidos	-	1
Total	9.127	11.823

10) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
COFINS	426	491
PIS	69	80
Impostos e taxas	1	1
Total	496	572

Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ 03.572.412/0001-94
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

11) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Editais e publicações.....	80	78
Doações e patrocínios.....	94	99
Serviços prestados por terceiros.....	17	34
Outras.....	17	16
Total	208	227

12) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, e as transações estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	2017		2016	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Caixa e equivalentes de caixa:				
Banco Bradesco S.A.	16	-	6	-
Empréstimos e recebíveis:				
Banco Bradesco S.A.	-	-	-	6.997
Ativos financeiros para negociação:				
Banco Bradesco S.A.	63.240	5.615	57.625	229
Dividendos a pagar:				
Embaúba Holdings Ltda.	(64)	-	(73)	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

13) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	10.043	11.520
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(3.415)	(3.917)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(36)	(35)
Outros.....	118	122
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(3.333)	(3.830)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da

Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(3.333)	(3.830)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre diferenças temporárias.....	-	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(3.333)	(3.830)

c) Créditos tributários não ativados

Em 31 de dezembro de 2017, não foram constituídos créditos tributários no montante de R\$ 5.502 mil (2016 - R\$ 5.502), os quais serão registrados quando atenderem aos aspectos regulamentares e/ou apresentarem efetivas perspectivas de realização, de acordo com estudo técnico e análises elaboradas pela Administração.

d) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 1.885 (2016 - R\$ 862), referem-se ao PIS no montante de R\$ 4 (2016 - R\$ 8), Cofins no montante de R\$ 25 (2016 - R\$ 47), Imposto de Renda Pessoa Jurídica no montante de R\$ 1.757 (2016 - R\$ 755) e da Contribuição Social no montante em R\$ 99 (2016 - R\$ 52).

14) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

b) Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis de natureza relevantes.

c) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

d) CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9): Reconhecimento e Mensuração - as principais mudanças do CPC 48 em relação ao CPC 38 são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do CPC 38, em três classificações: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado; (iii) as categorias constantes no CPC 38, tais como a de negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos do CPC 38 foi extinto pelos conceitos deste novo CPC.

O CPC 48 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018, na avaliação da Companhia não teremos reclassificações decorrentes da adoção do CPC 48. A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) não terão reflexos relevantes para os ativos e investimentos diretos/indiretos avaliados no modelo do CPC 48.

A DIRETORIA

Vinicius Panaro - Contador - CRC 1SP3248440-6

RESPONSABILIDADES DOS AUDITORES PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 27 de março de 2018



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO

ALVORADA CIA SECURIT. DE CREDITOS FINANCEIROS	10
COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ	2
NCF PARTICIPACOES S.A.	12

e-negócios públicos

Diário Oficial

Pesquise gratuitamente
as licitações e negócios
públicos do Estado

- Busca fácil e objetiva das **licitações**;
- Consulta às **leis e decretos** sobre as contratações;
- E muito mais: concorrências, concursos, convites, dispensas, inexigibilidades, leilões, pregões e tomadas de preços.

www.imprensaoficial.com.br/negociospublicos



imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 128 • Número 57
São Paulo, quarta-feira, 28 de março de 2018

Página 11

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ 03.572.412/0001-94
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ("Companhia"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou Lucro Líquido do Exercício de R\$ 6.710 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 93.102 mil e Ativos Totais de R\$ 101.123 mil. A Assembleia Geral deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para preservação e

manutenção do capital social. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 31 de janeiro de 2018.

Diretoria

ATIVO	BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	2016
	2017	2016			
CIRCULANTE	101.123	93.462	CIRCULANTE	2.021	1.006
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	37.883	35.836	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 13d)	1.885	862
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 7)	63.240	57.625	Dividendos a Pagar (Notas 8c e 12a)	64	73
Outros Créditos	-	1	Outras Obrigações	72	71
NÃO CIRCULANTE	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	99.102	92.456
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	-	-	Capital Social:		
Empréstimos e Recebíveis (Nota 6a)	32.082	32.203	- De Domiciliados no País (Nota 8a)	46.550	42.430
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 6a)	(32.082)	(32.203)	Reservas de Lucros (Nota 8b)	52.552	50.026
TOTAL	101.123	93.462	TOTAL	101.123	93.462

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais	Exercícios findos em 31 de dezembro		DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais					
	2017	2016	Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Lucros Acumulados	Totais
RECEITAS OPERACIONAIS	1.620	496	Saldos em 31.12.2015	42.000	2.517	40.322	-	84.839
Resultado de Créditos Recebíveis (Nota 6b)	1.619	495	Aumento de Capital com Reservas (Nota 8a)	430	-	(430)	-	-
Outras Receitas Operacionais	1	1	Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	7.690	7.690
DESPESAS OPERACIONAIS	704	799	Destinações - Reservas	-	385	7.232	(7.617)	(73)
Despesas Tributárias (Nota 10)	496	572	- Dividendos Propostos (R\$ 0,47 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(73)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 11)	208	227	Saldos em 31.12.2016	42.430	2.902	47.124	-	92.456
RESULTADOS FINANCEIROS	9.127	11.823	Aumento de Capital com Reservas (Nota 8a)	4.120	-	(4.120)	-	-
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 9)	9.127	11.823	Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	6.710	6.710
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	10.043	11.520	Destinações - Reservas	-	335	6.311	(6.646)	(64)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 13a)	(3.333)	(3.830)	- Dividendos Propostos (R\$ 1,97 por lote de mil ações)	-	-	-	(64)	(64)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	6.710	7.690	Saldos em 31.12.2017	46.550	3.237	49.315	-	99.102
Número de ações	37.083.738	37.083.738						
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R\$	180,93	207,38						

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais	Exercícios findos em 31 de dezembro		Em 31 de dezembro
	2017	2016	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	10.043	11.520	
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(110)	(45)	
Juros, Variações Monetárias Líquidas	-	(1)	
Reversão de Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa	(121)	(48)	
Perdas de Créditos Recebíveis	11	4	
Lucro Líquido Ajustado	9.933	11.475	
Redução em Empréstimos e Recebíveis	-	51.680	
(Aumento) em Títulos para Negociação	(5.615)	(57.625)	
Redução em Outros Créditos	1	2.604	
Redução de Créditos Recebíveis	110	45	
Aumento em Outras Obrigações	1	9	
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos e Compensados	(2.310)	(5.709)	
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades Operacionais	2.120	2.479	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos Pagos	(73)	(17)	
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(73)	(17)	
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.047	2.462	
Início do Exercício	35.836	33.374	
Fim do Exercício	37.883	35.836	
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.047	2.462	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais	Exercícios findos em 31 de dezembro		Em 31 de dezembro
	2017	2016	
Lucro Líquido do Exercício	6.710	7.690	
Outros Componentes do Resultado Abrangente	-	-	
Total do Resultado Abrangente do Exercício	6.710	7.690	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais	Exercícios findos em 31 de dezembro		Em 31 de dezembro
	2017	2016	
1) CONTEXTO OPERACIONAL			
A Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros é uma Companhia que tem por objetivo exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimos, de financiamentos e de arrendamento mercantil contratadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil e companhias hipotecárias. A Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.			
A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 31 de janeiro de 2018.			
2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS			
As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2017. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.			
2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis			
As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.			
2.2) Moeda funcional e de apresentação			
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.			
2.3) Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, e que apresentaram risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.			
2.4) Ativos financeiros			
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria: para negociação, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.			
a) Empréstimos e recebíveis			
Créditos recebíveis			
Os créditos recebíveis, oriundos de operações de securitização, são inicialmente registrados ao seu custo de aquisição, sendo mantidos sem qualquer atualização. Por ocasião do reconhecimento de qualquer parcela dos créditos adquiridos, esta é deduzida do custo de aquisição até o limite do mesmo e o eventual valor excedente é reconhecido como resultado de créditos recebíveis na conta "Receitas de Créditos Recebíveis".			
b) Ativos financeiros para negociação			
Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo no resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.			
2.5) Determinação do valor justo			
O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.			
As aplicações em fundos de investimentos financeiros são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.			
2.6) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros (impairment)			
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.			
Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.			
2.7) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias			
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:			
• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;			
• Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, ou que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente certeza;			
• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e			
• Obrigações Legais: Provisão para Fiscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.			
2.8) Patrimônio líquido			
a) Lucro por ação			
A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.			
b) Dividendos a pagar			
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.			
2.9) Reconhecimento da receita			
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.			
a) Receitas de créditos recebíveis			
As receitas de créditos recebíveis são reconhecidas no resultado pelos recebimentos de valores de operações de créditos recebíveis oriundas de Instituições Financeiras.			
b) Receitas financeiras			
As receitas financeiras abrangem receitas sobre fundos financeiros de investimento e certificado de depósito bancário, as receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.			
2.10) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)			
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.			
A despesa com imposto de renda corrente é calculada pela soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e do imposto diferido proveniente dos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.			
Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.			
2.11) Outros ativos e passivos			
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base pro rata dia).			
3) GERENCIAMENTO DE RISCOS			
A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, alteração e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.			
Valor justo de ativos e passivos financeiros			
A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:			
Nível 1			
Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.			
Nível 2			
Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).			
Nível 3			
Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).			
4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS			
Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência técnica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.			
Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda de valor recuperável (impairment). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.			
As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possam ter impacto significativo de resultar em um ajuste material do próximo exercício financeiro, está incluída na Nota 6.			

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Disponibilidades em moeda nacional (1)	16	6
Fundos de investimentos financeiros (2)	37.867	35.830
Total de caixa e equivalentes de caixa	37.883	35.836
(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e		
(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, (composto por Letras Financeiras do Tesouro e Operações Compromissadas), exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou companhias a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.		
6) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS		
a) Composição dos empréstimos e recebíveis		
Empréstimos e recebíveis (1)	32.082	32.203
Provisão para perda do valor recuperável (1)	(32.082)	(32.203)
Total	-	-
(1) A carteira de créditos e recebíveis é composta substancialmente por créditos vencidos há mais de 360 dias, as quais as perspectivas de realização são remotas e foram efetuadas as provisões consideradas suficientes para fazer face as perdas.		
b) Resultado de créditos recebíveis		
Recuperação de créditos recebíveis	1.509	445
Reversão de provisão de créditos de liquidação duvidosa	121	55
Perdas de créditos recebíveis	(11)	(5)
Total	1.619	495
7) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO		
Certificado de Depósito Bancários - CDB	63.240	57.625
Total	63.240	57.625
(1) Refere-se a Certificado de Depósito Bancário, emitidas pelo Banco Bradesco S.A., a taxa de 98% do DI, com vencimento 11/12/2018.		
8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
a) Composição do capital social em ações		
O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.		
Ordinárias	37.083.738	37.083.738
Total	37.083.738	37.083.738
Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada cumulativamente em 26 de abril de 2017, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 4.120, elevando-o de R\$ 42.430 para R\$ 46.550, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Reserva Estatutária", de acordo com o disposto do Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76. Em consequência, as redações do "caput" dos Artigos 3º e 6º do Estatuto Social.		
Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada cumulativamente em 25 de abril de 2016, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 430, elevando-o de R\$ 42.000 para R\$ 42.430, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Reserva Estatutária", de acordo com o disposto do Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76. Em consequência, as redações do "caput" dos Artigos 3º e 6º do Estatuto Social.		
b) Reservas de lucros		
Em 31 de dezembro	2017	2016
Reservas de Lucros	52.552	50.026
- Reserva legal (1)	3.237	2.902
- Reserva estatutária	49.315	47.124
(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e		
(2) Pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração em Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos conforme artigo 199.		
Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária, a Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício. Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2017 e 2016 estão demonstrados a seguir:		
Lucro líquido do exercício	6.710	7.690
Reserva legal	(335)	(385)
Dividendos a pagar	6.375	7.305
Dividendos mínimos obrigatórios	64	73
(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.		
9) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS		
		</

...continuação

Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ 03.572.412/0001-94
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da

Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores da auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 27 de março de 2018



KPMG Auditores Independentes
CRC 25P028567/O-1 F-SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

19,5 MILHÕES DE INVESTIDORES DE OLHO NOS NÚMEROS DA SUA EMPRESA

Para os investidores, seu Balanço Anual prospecta novos negócios. Para a sociedade, mostra em quem confiar. Na hora de publicar, alie a credibilidade do maior jornal de economia do país, o Valor Econômico, a mais de 90 anos de história de O Globo.

Fonte: leitores impresso Kantar Ibope Média Target Group Index BR TG 2017 II (2016 25+ / 2017 19) V1.0 - Pessoas, leitores impresso 7 dias print e 30 dias versão lido via mídia Online, com projeção Brasil base IVC. Leitores Digital conscience Inc. MKX Multi-Platform, Desktop 6+ Mobile 18+, Home & Work, dezembro/17 Brasil | *Total Leitores = Somados digital + impresso com sobreposição de leitores.



O GLOBO | Valor ECONÔMICO

EFICIÊNCIA E VISIBILIDADE, AGORA EM DOSE DUPLA

ANUNCIE: 11 3767.7043 | 21 3521.1417 | 61 3717.3333

valor.com.br/comunicacaocominvestidores